

GRANDES TEMAS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

2

ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

ANTONELLA CARVALHO DE OLIVEIRA

(Organizadora)

Grandes Temas da Educação Nacional

2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G752 Grandes temas da educação nacional 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Antonella Carvalho de Oliveira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018. – (Grandes Temas da Educação
Nacional; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-29-1

DOI 10.22533/at.ed.291180509

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Professores – Condições de trabalho. 4. Professores – Formação.
I. Oliveira, Antonella Carvalho de. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO CHILENA SOB A LÓGICA DE MERCADO VISTA COMO VITRINE PARA AMÉRICA LATINA	
<i>Lorena Mariane Santos Rissi</i>	
<i>Soraia Kfoury Salerno</i>	
<i>Renata Karolyne Monteiro</i>	
<i>Katia Fernanda de Oliveira Borges</i>	
CAPÍTULO 2	12
A UTILIZAÇÃO DAS NARRATIVAS (AUTO)BIOGRÁFICAS COMO MÉTODO DE COMPREENSÃO DOS JOVENS ESTUDANTES DE UMA PROPOSTA CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO	
<i>Jean Prette</i>	
CAPÍTULO 3	28
AVALIAÇÃO DO ENSINO DE PSIQUIATRIA E DE SAÚDE MENTAL NA GRADUAÇÃO DE ENFERMAGEM: REVISÃO DE LITERATURA	
<i>Anaísa Cristina Pinto</i>	
<i>Sônia Barros</i>	
<i>Lara Simone Messias Floriano</i>	
<i>Suellen Vienscoski Skupien</i>	
CAPÍTULO 4	39
CONSIDERAÇÕES SOBRE DO PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA NO BRASIL: TRAÇANDO UM CAMINHO ACERCA DOS ELEMENTOS DE CIENTIFICIDADE	
<i>Renata Peres Barbosa</i>	
CAPÍTULO 5	51
DECOLONIZAÇÃO DO CURRÍCULO E A LEI 10.639/03 DIANTE DA INTERCULTURALIDADE FUNCIONAL ORIENTADA PELAS POLÍTICAS INTERNACIONAIS	
<i>Débora Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 6	67
GESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS	
<i>Giselle Ferreira Amaral de Miranda Azevedo</i>	
<i>Abraão Neiver de Miranda Azevedo</i>	
CAPÍTULO 7	78
O PROVIMENTO DO CARGO DE DIRETOR COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE OFERTA E RESULTADOS ESCOLARES	
<i>Marcus Quintanilha da Silva</i>	
<i>Danieli D'Aguiar Cruzetta</i>	
CAPÍTULO 8	93
OS SABOTADORES DO ÍNDICE IDEB	
<i>Laurentino Lúcio Filho</i>	
CAPÍTULO 9	97
SERIAÇÃO E PROGRESSÃO CONTINUADA: UMA FRATURA EXPOSTA DO SISTEMA DE ENSINO	
<i>Vicente de Paulo Morais Junior</i>	
CAPÍTULO 10	110
A ATUAÇÃO DE UMA PROFESSORA INICIANTE NA VISÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE PEDAGOGIA: O PAPEL DO PROJETO BOLSA ALFABETIZAÇÃO NA FORMAÇÃO INICIAL	
<i>Marli Amélia Lucas de Oliveira</i>	

*Maysa do Carmo Santos
Natasha Medeiros de Oliveira
Djuli Kriczvi Cuchinierk*

CAPÍTULO 11..... 122

A EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO CONTINUADA: SOB A ÓTICA DE PROFESSORAS DOS ANOS INICIAIS

*Deniele Pereira Batista
Menga Lüdke*

CAPÍTULO 12..... 138

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EJA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

*Severina Ferreira de Lima
Márcia Cristina Araújo Lustosa Silva*

CAPÍTULO 13..... 148

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: UMA EXPERIÊNCIA EM CONSTRUÇÃO

*Okçana Battini- UNOPAR
Cyntia Simione França_ UNOPAR
Sandra Regina dos Reis - UENP*

CAPÍTULO 14..... 158

DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR: INICIATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG

*Isabella Rodrigues da Cunha e Paula
Melchior José Tavares Júnior*

CAPÍTULO 15..... 170

ERA UMA VEZ AQUI E ACOLÁ... HISTÓRIAS DO MUNDO NÓS VAMOS CONTAR! – RELATO DE EXPERIÊNCIA DE OFICINAS DE FORMAÇÃO LITERÁRIA COM ACADÊMICAS DO CURSO DE PEDAGOGIA

*Helton Roberto Real
Miriam Margarete Weber
Rúbia de Cássia Cavali
Viviane Cristina Medeiros*

CAPÍTULO 16..... 180

OPERACIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO: COM A PALAVRA, PROFESSORES EM FASE FINAL DE CARREIRA

*Simone Genske
Rita Buzzi Rausch*

CAPÍTULO 17 196

OS CURRÍCULOS PRATICADOS E (RE)CRIADOS NO COTIDIANO DE PROFESSORAS INICIANTES

*Joelson de Sousa Moraes
Franc-Lane Sousa Carvalho do Nascimento
Nadja Regina Sousa Magalhães*

CAPÍTULO 18..... 208

REFLEXÕES EDUCOMUNICATIVAS SOBRE CINEMA E MÍDIA NA FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES

*Bruna Donato Reche
Ademilde Silveira Sartori
Monalisa Pivetta da Silva*

A EDUCAÇÃO CHILENA SOB A LÓGICA DE MERCADO VISTA COMO VITRINE PARA AMÉRICA LATINA

Lorena Mariane Santos Rissi

Graduada do curso de Pedagogia – Universidade Estadual de Londrina
Londrina – Paraná

Soraia Kfoury Salerno

Professora da Universidade Estadual de Londrina
Londrina - Paraná

Renata Karolyne Monteiro

Graduanda do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Londrina
Londrina - Paraná

Katia Fernanda de Oliveira Borges

Graduanda do Curso de Pedagogia. Universidade Estadual de Londrina
Londrina - Paraná

RESUMO: O estudo sobre as políticas educacionais chilenas regidas sob a lógica de mercado sustentada pela ideologia (neo) liberalismo. As raízes teóricas desta lógica político-econômica se difundiram nas políticas governamentais com reflexos para a política educacional a partir das últimas décadas do século XX. Como procedimento metodológico utilizou-se a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, numa análise histórico-crítica de fontes como Ludwig von Mises (1881-1973), Friedrich August von Hayek (1899-1992) e Milton Friedman (1912-2006), com vistas ao reconhecimento da estrutura do pensamento

econômico para a política educacional chilena. As políticas educacionais de cunho neoliberal são difundidas no Chile, antes de serem legitimadas pelo Consenso de Washington, promovido pelos organismos internacionais programas de ajuste econômico e redução da atuação do Estado. Através de um golpe de Estado que ocorreu em 1973, culminando com a morte do presidente Salvador Allende de base marxista eleito por via democrática, o general August Pinochet com o apoio dos Estados Unidos efetiva a ditadura militar no Chile e realiza mudanças na educação de descentralização e privatização. O governo eleito democraticamente pós-ditadura, além de dar continuidades nos programas educacionais realizados no período da ditadura militar também aprofundam tais programas, autorizando os estabelecimentos particulares subvencionados a cobrar mensalidades de seus alunos. As mudanças realizadas no Chile foram embasadas em Milton Friedman, a partir de então o Chile começou a ser considerado modelo de sucesso para os países latino-americanos, inclusive para o Brasil, sendo geradas políticas inspiradas nos ideais neoliberais, a partir da década de 1990 rumo a mercantilização da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo. Educação. Chile.

1 | INTRODUÇÃO

Sabe-se que o Estado brasileiro vem sendo influenciado por correntes teóricas político-econômicas disseminadas a partir das últimas décadas do século XX denominado como neoliberalismo cujos preceitos se caracterizam pela completa abertura dos mercados mundiais, a retomada dos discursos de meritocracia, bem como a interferência mínima do Estado acarretando em estímulo à iniciativa privada.

Sendo a educação influenciada pela concepção de Estado subjacente, a proposta e a defesa neoliberal do Estado Mínimo para as políticas educacionais foram difundidas na América Latina na década de 80, através de reformas promovidas pelos organismos internacionais que hegemonizados pelos ideais neoliberais enfatizaram o Chile como um modelo a ser copiado pelos demais países latino-americanos.

A notoriedade chilena na educação deu-se pela adoção de políticas educacionais de quase mercado, em um contexto de ditadura, uma possível contradição considerando que August Pinochet introduziu políticas inspiradas pelos ideais liberais num contexto ditatorial.

Pinochet influenciado pelas doutrinas de Milton Friedman, um dos precursores neoliberais, não só limitou-se a aplicar esses preceitos na economia, como também na educação que passou a ser considerada como produto, prevalecendo o predomínio do mercado no campo educacional, se antes o Estado tinha a principal responsabilidade pela oferta da educação, o controle da mesma passa a ser gerida pela livre iniciativa, prevalecendo o princípio da liberdade de escolha, isto é se os pais preferirem matricular seus filhos nas escolas privadas, o governo proporciona um subsídio para a escola escolhida, de igual valor para as escolas públicas, com isto ocorre a expansão das escolas privadas.

O governo que sucedeu ao ditatorial não só deu continuidade as políticas realizadas no período da ditadura como também as aperfeiçoou, fator esse que proporcionou um vasto crescimento das instituições privadas e uma consequente diminuição das municipalizadas.

2 | A EXPERIÊNCIA CHILENA COMO VITRINE PARA AMÉRICA LATINA

Após a crise econômica de 1973, tem-se a disseminação da corrente econômica neoliberal que segundo Moraes (2001) o que se denomina neoliberalismo é uma corrente de pensamento que surgiu após a segunda guerra mundial, tendo como precursores Ludwig von Mises(1881-1973) e Friedrich von Hayek(1899-1992) este se destacou pelo seu texto “ O Caminho da Servidão”, escrito em 1944. Tal livro foi uma crítica aos socialistas e ao Estado intervencionista. Em 1947 Hayek organizou uma reunião em MontPèlerin, na Suíça convocando aqueles que partilhavam de suas ideias. Entre eles destacavam se Milton Friedman, Karl Popper, Lioner Robbins, Ludwig Von Mises entre outros, surgindo então à sociedade de MontPèlerin.

A colocação do prefixo “neo” à palavra liberalismo denota fatores importantes, em especial a influência que o liberalismo clássico teve para com o neoliberalismo. Dentre as muitas ideias propagadas pelos neoliberais que se identificam com o liberalismo clássico, uma delas há que se destacar, a saber, é os limites que devem ser impostos a ação do Estado, o mesmo de acordo com Hayek (2013, p.70) deve:

criar as condições em que a concorrência seja tão eficiente quando possível, complementar-lhe a ação quando ela não o possa ser, fornecer os serviços que, nas palavras de Adam Smith, “embora ofereçam as maiores vantagens para a sociedade, são contudo de tal natureza que o lucro jamais compensaria os gastos de qualquer indivíduo ou pequeno grupo de indivíduos”, são as tarefas que oferecem na verdade um campo vasto e indisputável para a atividade estatal. Em nenhum sistema racionalmente defensável seria possível o estado ficar sem qualquer função.

Sob nova roupagem o liberalismo clássico se expande a partir das últimas décadas do século XX, sendo adotado pelos Estados que pretendem ter uma política de intervenção mínima e ações voltadas para o regime de mercado, no qual tudo que é consumido se denomina como mercadoria, logo “mercadoria é tudo aquilo que é desejável para alguém em algum momento” (MISES, 2015, p.18-19).

Partindo desse pressuposto evidencia reformas desencadeadas pelo neoliberalismo na América Latina a partir dos anos 80 cujo objetivo é a implantação do Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital (PERONI, 2003).

Para que essas reformas se concretizassem foi necessária a contribuição dos organismos financeiros internacionais, especialmente o Banco Mundial e o Fundo Monetário que impôs programas neoliberais de ajuste econômico aos países da América Latina como condição para a renegociação de suas dívidas. Esses organismos multilaterais selaram um acordo com medidas para enfrentar e superar a crise, no qual foram denominados por John Williamson como o Consenso de Washington (GENTILI, 1998).

As propostas formuladas pelo Consenso destacam-se: disciplina fiscal, liberalização do setor financeiro, redefinição das prioridades dos gastos públicos e privatização de empresas estatais, tais propostas visam “garantir um rigoroso programa de ajuste econômico como produto da chamada crise da dívida” (GENTILI, 1998, p.13).

Percebe-se que a solução encontrada era a “inevitável” reforma do Estado, diminuindo sua atuação para superar a crise. Essa característica também pode ser identificada nas propostas de reforma educacional considerada como “uma crise de eficiência, eficácia e produtividade” (GENTILI, 1998, p.17). A crise da produtividade da escola de acordo com tal ideologia é gerada pelo centralismo e burocratização por parte do Estado, além do mais “a natureza pública e o monopólio estatal da educação conduzem, segundo essa perspectiva, a uma inevitável ineficácia competitiva da escola” (GENTILI, 1998, p.18).

Portanto as reformas elaboradas tratam-se de transferir a educação da esfera pública para a do mercado, com tendência a privatização para que a presença da lógica

mercantil prevaleça na educação com vistas à obtenção de lucros, destarte pretende-se transformar os sistemas educacionais “como verdadeiros mercados escolares regulados por uma lógica interinstitucional, flexível e meritocrática” (GENTILI, 1998, p.18).

Semelhante as orientações de Friedman (2014, p.95) para a educação o Estado reduz seu papel nas políticas sociais e as transfere para o mercado e sociedade civil com a justificativa de que o setor privado realiza tais serviços de forma mais eficiente “as empresas privadas tendem a ser muito mais eficientes em atender à demanda dos consumidores que tanto as empresas estatais quanto outros empreendimentos voltados para outros propósitos”.

Antes mesmo da legitimação do ideário neoliberal pelo consenso, o Chile já havia adotado tais preceitos, através do governo ditatorial de Pinochet, precedendo até mesmo os Estados Unidos e a Inglaterra e tornando-se vitrine para os países da América Latina.

A influência da Escola de Chicago nas reformas do Chile, inicialmente, ocorreu através de um convênio entre a Universidade de Chicago e a Católica do Chile que implicava em oportunidades para os estudantes chilenos de realizar seus estudos em Chicago.

Muitos dos chilenos que retornaram da Universidade de Chicago tornaram-se professores da Universidade Católica de Santiago:

transformando-a rapidamente em uma filial da Escola de Chicago no território chileno, a partir daí, ganharam o apelido de Chicago Boys, ou Garotos de Chicago, ficando conhecidos como os grandes entusiastas da implementação das políticas neoliberais na América Latina (PEREIRA, 2014, p.76).

A oportunidade dos garotos de Chicago em testar os ideais neoliberais foi adiada em decorrência da vitória do marxista Salvador Allende nas eleições presidenciais, em 1970, proveniente de uma coligação de esquerda, a Unidade Popular, seu objetivo era concretizar políticas de transformação, cujo objetivo era romper com o atual sistema chileno, libertando a classe trabalhadora de um sistema que as explora e domina.

O contexto em que um marxista conquista o poder no Chile é de polarização mundial produzido através da guerra fria, nesse cenário a opção chilena despertou a atenção de muitos governantes e da grande burguesia envolvendo sentimentos que vai desde admiração até temores, como é o caso das forças conservadoras do Chile e do governo norte-americano o que culminou para que o presidente Richard Nixon contribuísse para a desestabilização da economia chilena, ele “proclamou sua famosa ordem a CIA para que, no Chile, ela ‘fizesse a economia gritar’ (CIA, 1970, apud KLEIN, 2008, p.80), ameaçando assim o governo democraticamente eleito de Allende” (PEREIRA, 2014, p.77).

Siqueira (2009, p.33) afirma que a vitória de Allende, “foi vista como uma ameaça intelectual e econômica para a expansão e manutenção da hegemonia dos Estados Unidos e do Ocidente, não só na América Latina, como também no mundo”. Então o

governo estadunidense encorajou os golpistas chilenos ocasionando o golpe militar em 1973 comandado pelo general Augusto Pinochet.

Concomitantemente ao golpe ocorreu à implantação do neoliberalismo que para ser efetivado foi preciso destruir a democracia chilena que segundo Hayek não é um valor central do neoliberalismo “a liberdade e a democracia, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria democrática decidisse interferir com os direitos incondicionais de cada agente econômico de dispor de sua renda e de sua propriedade como quisesse” (ANDERSON, 1995, p.13).

A partir desse momento inúmeras mudanças ocorreram no Chile inspiradas nos preceitos neoliberais, abrangendo também a educação, pois como se sabe o campo educacional é determinado pelo momento histórico, e pela concepção de Estado subjacente nas políticas para educação.

As reformas introduzidas por Pinochet constituíram-se por um processo de descentralização e privatização:

a municipalização de todo o sistema fundamental e médio nos anos 80 – até então vinculado ao governo federal – representou, aos olhos do magistério e de grande parte da sociedade civil chilena, uma estratégia para eximir o governo central de sua responsabilidade com o financiamento educacional, gerando a degradação das condições de trabalho docente e, conseqüentemente, um retrocesso na qualidade da educação. A privatização instalou-se por meio da substancial transferência de fundos públicos para o sistema privado, de tal modo que, a partir de 1981, o antigo e limitado sistema de subsídios públicos a algumas escolas particulares generalizou-se a toda uma nova rede privada de ensino (ROJAS FIGUEROA, 1997 apud ZIBAS, 2002, p.235-236).

Além da incumbência pela gestão direta das escolas aos municípios o ditador implementou o sistema de subsídios por aluno, o qual proporcionava “a cada estudante um subsídio equivalente à média de gastos por estudante do Ministério da Educação”(CUNHA, 2008, p.32). Destarte o sistema educacional ficou separado por três tipos de instituições: as municipais e as privadas com subsídios e as privadas propriamente ditas com o pagamento das mensalidades efetuadas pelos pais. A implantação de voucher por aluno era fornecida pelo Estado a escola escolhida pelos pais, tal escolha se baseava no rendimento que a instituição escolar obtinha através da avaliação que foi inserida em 1988, a implantação do SIMCE (*Sistema de Información y Medición de la Calidad de la Educación*) tinha como objetivo inicial “identificar as escolas com piores resultados, tornando-as elegíveis para programas de complementaridade de recursos” (BRITTO, 2011, p.5).

Percebe-se a reduzida intervenção do Estado para com as políticas educacionais proporcionando uma ampla liberdade dos empresários se beneficiarem através do campo educacional, logo evidencia a transferência da educação para o mercado considerado “o melhor mecanismo para a tomada de decisões políticas e para a integração social” (COSSE, 2003, p.212). Esta idéia foi sustentada pela proposta de voucher adotada por Pinochet e, pensada a partir da lógica do mercado ignora fatores sociais que permeiam o indivíduo influenciando nos resultados do rendimento escolar.

Ainda sob a ideologia neoliberal, a criação de instrumentos para avaliar a qualidade de ensino sob a regulamentação mercadológica introduz a rivalidade entre as escolas públicas e as privadas, na medida em que fomenta a concorrência injusta, pois apesar da existência de diversos tipos de subsídios que podem variar de acordo com a localização geográfica e socioeconômica da população atendida, a entrega de subsidio é maior para as escolas “boas”, já as escolas “ruins” diminuem, logo a tendência dessas escolas é cair ainda mais de posição nos sistemas avaliativos, haja visto, que sem um aporte financeiro adequado tende a ter uma qualidade de ensino e aprendizagem cada vez mais inferior em relação as demais escolas, conforme apontado por Cosse(2003, p.232):

[...] as escolas com bons resultados recebem mais matrículas e as que não têm bons resultados as perdem. Uma vez que o esquema é o pagamento por aluno matriculado, as primeiras terão cada vez mais recursos e as segundas, menos. O sistema propõe uma espécie de círculo cumulativo da mediocridade no qual umas escolas ganham e outras perdem, sem se importar com os fatores exógenos que limitam a qualidade dos resultados. Diversas pesquisas mostram que a qualidade e a eficiência, seja em escolas públicas ou privadas, dependem, em grande parte, de aspectos organizacionais tais como um significativo grau de autonomia na tomada de decisões dos diretores, a existência de um projeto institucional – escolar, distrital etc. - que dê respostas específicas à realidade própria de cada instituição, o nível de especialização dos professores etc.

O governo pós-ditatorial de aliança centro-esquerda, denominada *Concertación*, manteve o modelo herdado por Pinochet, apesar da mudança do regime político, deu-se continuidade a mercantilização da educação, como é o caso da manutenção da LOCE (*Ley Orgánica Constitucional de la Enseñanza*), promulgada pelo governo militar (BRITTO, 2011), que sustenta as premissas neoliberais na educação “ao estabelecer como centro de sua inspiração a liberdade de escolha de escolas por parte dos pais, os vales escolares, a descentralização do ensino público, permitindo a seleção de alunos (SANTA CRUZ, 2006 apud HIGUERAS, 2013, p.71).

A manutenção do Estado subsidiário é preservada pela *Concertación* que além de continuarem políticas educacionais mercadológicas, inova o sistema de subsidio na educação destacando-se o financiamento compartilhado em 1990, o qual “previa a possibilidade de que, ao financiamento fiscal das escolas particulares subvencionadas, se somasse a cobrança de mensalidades dos pais” (GIL, 2009, p.88). Porém os recursos repassados as escolas eram conforme o valor das mensalidades cobradas pelos pais, caso cobrassem valores superiores a 4 USE perderiam o direito à subvenção.

Também foram desenvolvidas de acordo com Araújo (2009) políticas de equalização cujo objetivo era assegurar subvenção adicional as regiões mais afastadas e as escolas rurais e situadas nas regiões com menor desenvolvimento econômico, pretendia-se com essas políticas diminuir as desigualdades educacionais entre os chilenos, porém tais ações se contradizem, haja visto que a existência do financiamento compartilhado atua no sentido contrário, os estudos apontados por Gonzáles(2003) permitem tal conclusão:

o estudo mostra que as escolas particulares subvencionadas tiveram, no ano de 2000, uma receita do pagamento das famílias de 82,3 bilhões de pesos. Ora, esse valor corresponde a 25% das transferências de subvenções feitas pelo ministério para as escolas particulares e é maior que o total dos gastos das municipalidades com educação. Numa divisão simples desses recursos pelos alunos matriculados nestas escolas, sem distinção de nível de ensino e de região do país, é possível inferir o impacto que este sistema provoca na diferenciação do financiamento das escolas. Em média, o pagamento dos pais representa um acréscimo ao pagamento ao pagamento por aluno, superior a 65 mil pesos. Se somarmos este pagamento das famílias por aluno à subvenção média nacional, chegaremos à conclusão que, enquanto um aluno da escola particular subvencionada na educação básica “custa”, na média nacional, mais de 295 mil pesos, o aluno das municipalidades custa 242 mil pesos (GONZÁLES, 2003 apud Araújo, 2009, p.75-76)

Ainda sobre a subvenção chilena, a lógica mercantil na educação traz consigo a meritocracia determinando o sucesso ou o fracasso de uma escola, conforme evidenciado nos sistemas de avaliação que de acordo com Gentili (1998, p.23-24) “é avaliação das instituições escolares e o estabelecimento de critérios de qualidade que permite dinamizar o sistema, mediante uma lógica de prêmios e castigos que estimulam a produtividade e a eficiência, no sentido antes destacado”, que no Chile além do SIMCE também se destacam Sistema Nacional de Avaliação de Desempenho (Sned) que beneficia aos professores cujas escolas apresentam melhores resultados da aprendizagem, através de um incremento das subvenções.

Percebe-se a reduzida atuação do Estado nas políticas educacionais no Chile, apesar dessa redução, conforme Gil (2009, p.92) menciona “questões essenciais continuam sob a responsabilidade direta do governo da República, como as definições minuciosas da ‘regra do jogo’ fator esse que se assemelha em muitos aspectos do que é propalado por Friedman(2014, p.17):

a existência do mercado livre evidentemente não elimina a necessidade de governo. Ao contrário, o governo é essencial não só como fórum para determinar as “regras do jogo”, mas também como árbitro para interpretar e aplicar as regras aprovadas. O que o mercado faz é reduzir em muito a variedade de questões a serem decididas por meios políticos, e, assim, minimizar a extensão em que o governo precisa participar diretamente do jogo.

As reformas ocorridas na educação chilena, a partir do ideário neoliberal, divulgada como um modelo de sucesso para os demais países da América Latina, porém foi vista com descontentamento pelos estudantes secundaristas que demonstraram suas insatisfações contra as políticas empreendidas pela ditadura e aperfeiçoadas no período pós-ditadura, através das manifestações que ficaram conhecidas como a Revolta dos pinguins, apesar de não conseguir todas as reivindicações, o movimento estudantil conseguiu a substituição da LOCE pela *Ley General de Educación* (LGE) que segundo Oliva (2010):

[...] manteve inalterado o papel do Estado subsidiário e garantidor de uma educação de qualidade para todos, por meio da continuidade do sistema de financiamento estatal, seja via subsídios por aluno, seja pelo financiamento compartilhado nos diversos níveis de ensino, bem como pela manutenção da estrutura de livre mercado (OLIVA, 2010 apud BRITTO, 2011, p.6).

Fica evidenciado a complexidade do sistema educacional chileno, em especial do

modelo de subvenção de escolaridade que inspirados nos preceitos neoliberais, que em muito se assemelha com a proposta de distribuição de *vouchers* de Milton Friedman que apesar da similaridade autores como Gonzales afirmam haver diferenças, pois:

os pais não recebem nada diretamente do Estado, sendo que as subvenções de escolaridade são enviadas mensalmente para os estabelecimentos municipalizados e particulares relacionados a esta modalidade de financiamento conforme o número de alunos que freqüentam as aulas (GONZALES, 1999 apud GIL, 2009, p.83).

O modelo chileno privilegia a iniciativa privada com a justificativa de proporcionar liberdade de decisão para os pais matricularem seus filhos, porém diferente do que Milton preconizava o Estado não dá diretamente nenhum valor para os pais, mas transfere para a escola escolhida, é certo que Friedman não conseguiu a materialização plena do que idealizava sobre a educação em seu livro *Capitalismo e Liberdade*, mas é evidente que conseguiu que as mudanças nas políticas educacionais chilenas fossem influenciadas pelos seus ideais, assim como no Chile a reforma neoliberal no Brasil não vem ocorrendo em sua pureza teórica, mas sim como uma ideologia norteadora para com as políticas educacionais brasileiras.

3 | REFLEXOS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

As mudanças no campo educacional do Chile, supracitadas foram transmitidas por organismos internacionais como experiência de sucesso, inclusive no Brasil o modelo chileno passou a ser divulgado na década de 90, por autores que viam na privatização a solução para estabelecer a qualidade no ensino público, principalmente os empresários “insistido na validade da tese do financiamento público das escolas particulares, citando sempre a reforma do Chile como paradigma a ser seguido” (ZIBAS, 2002, p.236).

O que se pode afirmar é que as reformas na educação brasileira foram iniciadas já no governo do Fernando Henrique Cardoso, não como no Chile - período ditatorial - até porque o Brasil em muito se difere do país chileno, um dos aspectos é o Brasil ser uma federação e o Chile um Estado unitário. Conquanto o que se evidencia é o objetivo de tornar “as decisões do não mercado” mais próximas das “decisões do tipo mercado”, através de estratégias como: privatização, publicização e terceirização, ocorrendo à redução do papel do Estado de executor direto de serviços em algumas atividades, dentre as quais a educação está incluída, portanto deve ser analisada a educação do Chile de acordo com a lógica mercantil, bem como dos regulamentos que permeiam tal lógica a qual destaca-se a meritocracia que transfere a responsabilidade do sucesso ou fracasso para indivíduo através da concorrência entre seus pares seja na escola ou no trabalho, como apontado por Bourdieu:

a concorrência pelo trabalho é acompanhada de uma concorrência no trabalho, que é ainda uma forma de concorrência pelo trabalho, que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão. Essa concorrência, às vezes tão selvagem quanto a praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira

luta de todos, destruidora de todos os valores de solidariedade e de humanidade, e, às vezes, de uma violência sem rodeios (...) Começa-se assim a suspeitar de que a precariedade é o produto de uma vontade política, e não de uma fatalidade econômica, identificada com a famosa “mundialização”. (BOURDIEU, 1998 apud SANTOS; MESQUIDA, 2007, p. 25).

Logo o Brasil um país com altos índices de desigualdades sociais, muito em decorrência da disparidade social-econômica e acúmulo de capital de poucos em detrimento majoritário da população, e sendo a educação tanto como um meio de transmissão dos princípios doutrinários da classe dominantes, como também um instrumento para a transformação social, conforme Libâneo (2002, p.5) “uma educação que contribua para formar crianças e jovens capazes de compreender criticamente as realidades sociais e de se colocarem como sujeitos ativos na tarefa de construção de uma sociedade mais humana e mais igualitária”.

Destarte a defesa de implantar políticas educacionais no Brasil inspiradas na reforma chilena como meio de resolver os problemas de má qualidade na educação, deve-se primeiramente evidenciar a ideologia que sustentou as mudanças que ocorreram no Chile, ideologia essa que defende a liberdade dos empresários atuarem na educação e receber dinheiro público para aumentar os seus lucros, visto que a educação no âmbito do mercado é transformada em produto e usufruída pelos consumidores, logo os pais e os alunos.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da ampla reforma educacional no Chile supracitada evidencia o progressivo domínio das políticas neoliberais para com a educação através da defesa do Estado Mínimo e uma vasta implantação de privatizações do ensino público, mascarados pelos ideais de qualidade e liberdade, sendo que para preservar a liberdade de acordo com Friedman (2014) deve limitar e descentralizar a atuação governamental, no caso da educação é preservada a liberdade dos pais na escolha da instituição em que seus filhos vão estudar e a liberdade dos empresários ganharam para lucrar no campo educacional, através do dinheiro dos pais e também do Estado.

Além do mais ao privatizar a escola pública nega-se o direito a educação e aprofunda os mecanismos históricos de exclusão social, pois a educação pensada na lógica do mercado estimula a competitividade entre as escolas, professores e alunos, com vista à produtividade e eficiência, transfere a responsabilidade de uma educação de qualidade apenas para o indivíduo, seja ele aluno, professor ou pais, através de seu esforço e mérito. Sendo que a formação se volta para a necessidade do mercado é ele “que emite os sinais que devem orientar as decisões em matéria de políticas educacionais” (GENTILI, 1998, p.23). Portanto o setor privado vê a educação pública como campo vasto de novas oportunidades de lucro, através da transferência de competências e de recursos públicos deslocando o papel do Estado e dificultando a

garantia da realização do direito cidadão pela educação pública, gratuita e de qualidade.

O campo das políticas para a educação é carregado de contradições, percebemos que a corrente neoliberal imprimiu suas marcas no marco regulatório, nos sistemas de ensino e em unidades escolares, influenciando políticas macro e micro, nem sempre com a devida clareza de sua lógica estruturante.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.
- ARAÚJO, Emílio. A educação sob a avalanche liberal que desce dos Andes. In: ADRIÃO, Theresa; GIL, Juca (Org.). **Educação no Chile: olhares do Brasil**. São Paulo: Xamã.2009, p.61-77.
- BRITTO, Ariana. **Reformas educacionais no Chile: a vez do agente**. Centro de estudo sobre desigualdade e desenvolvimento. [s.n.].Niterói. Out. 2011.
- COSSE, Gustavo. Voucher educacional: nova discutível panacéia para a América Latina.**Revista Novidades Educativas**. Argentina,Cadernos de Pesquisa, n.18, p.207-243, mar.2003.
- CUNHA, Rina Nogueira D. da.**Aplicação de vouchers para incentivo a educação no Brasil**.2008.58 f. Dissertação.(Mestrado em finanças e economia empresarial) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.208 p.
- GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis RJ. Vozes, 1998.141 p.
- GIL, Juca. Os limites da descentralização da gestão educacional do Chile: reflexões a partir de uma escola municipalizada. ADRIÃO, Theresa; GIL, Juca (Org.). **Educação no Chile: olhares do Brasil**. São Paulo: Xamã.2009, p.79-95.
- HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro:Vide Editorial, 2013. 221 p.
- HIGUERAS, Jorge Luis Inzunza.**O neoliberalismo nas políticas educativas do Chile:da imposição ao consenso**.FACSO Universidade do Chile.2013.
- LIBÂNEO, José Carlos. O essencial da didática e o trabalho do professor. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Didática velhos e novos tempos**.Goiânia: Edição do autor, 2002, p.4-7.
- MISES, Ludwig von. **A mentalidade anticapitalista**. 2. ed. Campinas, SP:Vide Editorial, 2015. 158 p.
- MORAES, Reginaldo C. **Neoliberalismo - de onde vem, para onde vai?** São Paulo: editora Senac, 2001. 88p.
- PEREIRA, Tito Luiz. **Autoritarismo e choque:A violência como forma de aplicar políticas neoliberais na ditadura Pinochet**. 2014. 98 f. Monografia (Mestrado em Economia e Relações Internacionais) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.
- PERONI, Vera Maria Vidal. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 90**. São

Paulo: Xamã, 2003.

SANTOS, M. S; MESQUIDA, P. **As matilhas de Hobbes**: O modelo da pedagogia por competência. São Paulo: Edumesp, 2007.

SIQUEIRA, Angela de.Reformas da educação superior no Chile:no período 1970-2000.In: ADRIÃO, Theresa;GIL, Juca (Org.).**Educação no Chile**: olhares do Brasil. São Paulo: Xamã.2009, p.33-59.

ZIBAS, Dagmar. A reforma do ensino médio no Chile: Vitrine para a América Latina?.**Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n.115, p.232-262, mar.2002. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742002000100010&lng=pt&tlng=pt>.Acesso em: 10 de abr.2017.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-29-1

